

**INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1899, DE 10 DE JULHO DE 2019**

(Publicado(a) no DOU de 11/07/2019, seção 1, página 35)

**Multivigente** ([link.action?naoPublicado=&idAto=102230&visao=anotado](#)) **Vigente**  
**(link.action?naoPublicado=&idAto=102230&visao=compilado)** **Original**  
**(link.action?naoPublicado=&idAto=102230&visao=original)** **Relacional** ([link.action?naoPublicado=&idAto=102230&visao=relacional](#))

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.888, de 3 de maio de 2019, que institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 113 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional e no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve: (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0)

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.888, de 3 de maio de 2019, passa a vigorar com seguintes alterações: (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0)

"Art. 3º O conjunto de informações enviado de forma eletrônica deverá ser assinado digitalmente mediante o uso de certificado digital válido, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), sempre que for exigido no portal e-CAC da RFB." (NR) (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0) ↔

"Art. 7º .....  
 (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0)

.....  
 (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0)

§ 1º Em relação aos titulares da operação, devem constar das informações a que se refere este artigo: (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0) ↔

I - o nome da pessoa física ou jurídica; (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0)  
 ↔

II - o endereço; (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0) ↔

III - o domicílio fiscal; (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0) ↔

IV - o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso, ou o Número de Identificação Fiscal (NIF) no exterior, quando houver, no caso de residentes ou domiciliados no exterior; e (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0) ↔

V - as demais informações cadastrais. (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0)  
 ↔

§ 2º Caso os titulares das operações sejam residentes ou domiciliados no Brasil, a prestação da informação relativa ao número de inscrição no CPF ou no CNPJ, conforme o caso, é obrigatória a partir da data da entrega do primeiro conjunto de informações, prevista no § 1º do art. 8º. (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0) ↔

§ 3º Caso os titulares das operações sejam residentes ou domiciliados no exterior, a prestação das informações relativas ao país do domicílio fiscal, endereço e NIF no exterior é obrigatória a partir da entrega de informações a ser efetuada em janeiro de 2020, referentes às operações realizadas em dezembro de 2019. (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0) ⇌

§ 4º A entrega das informações relativas ao endereço da wallet de remessa e de recebimento, se houver, é obrigatória apenas na hipótese de recebimento de intimação efetuada no curso de procedimento fiscal." (NR) (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0)



Art. 2º Ficam revogadas a alínea "h" do inciso I e a alínea "h" do inciso II do art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 1.888, de 3 de maio de 2019. (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0) ⇌

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União. (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0)

MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (anexoOutros.action?idArquivoBinario=0)

\*Este texto não substitui o publicado oficialmente.

A visualização deste sistema é melhor nos navegadores Internet Explorer 8, Google Chrome 80, Mozilla Firefox 24 ou superiores

